Educação Escolar Elementar na França: uma nova reforma ?

Carlos Roberto Jamil Cury

RESUMO

Este artigo pretende estudar uma proposta da Reforma da escola pública tradicional elementar na França. O estudo se baseia em textos oficiais do Ministério Nacional de Educação. As análises indicam como tema principal a autonomia das escolas, através da flexibilidade e da avaliação, como os principais eixos da Reforma.

Palavras-chave: *Escola elementar e Reforma educacional – Reforma escolar francesa – Reforma escolar e Educação francesa.*

Carlos Roberto Jamil Cury

Prof. Titular da Faculdade de Educação Doutor em Educação Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

A educação escolar na França sempre esteve no centro dos acontecimentos. Às vezes por causa da responsabilidade atribuída à escola na construção nacional, outras vezes foi a polêmica em torno da laicidade e muitas vezes os limites da gratuidade e da obrigatoriedade. Atualmente a escola francesa se vê questionada por greves, reivindicações e críticas às políticas educacionais. Por vezes o questionamento nasce de um sentimento republicano de integração social face ao caráter multicultural de que a França se mostra revestida. Neste mês de março de 1999, acaba de ser lançado em grande circuito um filme marcante,"Ça commence aujourd'hui...", em que se vê toda a desgraça humana, todos os desvios das políticas públicas, todas as "grandezas e misérias" se misturarem em torno da figura do diretor, dos professores ou professoras e das crianças de uma escola maternal do Norte da França. Ao lado disso, é inegável o sucesso obtido, já há décadas, quanto à universalização do ensino fundamental e médio.

Esta situação revela os impasses e as contradições perante os quais também os responsáveis maiores pela educação pública se sentem desafiados. Aliás, os movimentos de crítica nascidos das reivindicações dos professores indicam que a situação é problemática. Nesse sentido, o governo vem tomando iniciativas para fazer frente a estes desafios através de mudanças significativas (que nem sem-

pre significam inovações) nas políticas educacionais. A mudança profunda nas condições de produção da existência altera conjunta e reciprocamente todas as outras dimensões da vida social.

As iniciativas governamentais indicam que estará a França a caminho de uma nova reforma do ensino elementar ? Não estamos falando de uma reforma a partir da prática profissional vivida pelos profissionais da educação escolar. Esta é uma possibilidade sempre aberta à pesquisa e à reflexão.[1] Quando menos, a prática docente tem sido fonte de renovação pedagógica e jurídica.

Este texto se propõe a analisar, de modo preliminar, um projeto de renovação pedagógico-institucional oficialmente apresentada pelo Ministério da Educação Nacional (MEN) da França para a escola elementar.[2] Afinal, segundo vários depoimentos de autoridades francesas, aí compreendido o Ministro da Educação, a França teria ganho a batalha da quantidade e agora seria a hora da qualidade e da diferença. A qualidade é referida aos desafios trazidos pelas mutações sócio-econômicas e a diferença se volta sobretudo para os alunos cujas dificuldades necessitam de apoio, boa parte deles descendentes de imigrantes e moradores dos *banlieux* pobres. Os sindicatos da categoria, por sua vez, sem questionar estes dois "leitmotiv ", põem em dúvida muitas iniciativas do Ministério. Para eles a quantidade é ainda um desafio na medida em que ela não teria se consolidado suficientemente e por isso pressionam por maiores verbas, mais concursos, mais pessoas qualificadas e mais pessoal de apoio, a fim de que a batalha da qualidade seja ganha.

O objetivo deste artigo é o de apresentar a proposta do MEN como tal, usando diretamente seus termos ou buscando traduzi-los de modo mais fiel possível.[3] O leitor perceberá claramente quando o autor analisa e interpreta, em especial nos comentários finais.

A proposta apareceu sob o título de **Une Charte pour bâtir l'école du XXIe. Siècle.**[4] Ela foi oficialmente apresentada em público no dia 23.1.1999, em uma entrevista do atual Ministro da Educação, Claude

[1] Entre outros centros de pesquisa que se têm interessado por esta prática pode-se indicar o Centre d'Analise et d'Intervention Socioloque (CADIS) e o Centre d'Études des Liens Sociaux (CERLIS), ambos sediados em Paris.

[2] Este documento, uma das referências de análise, foi publicado no Bulletin Officiel de l'Éducation Nationale, n. 13, em 26.11.1998, como um número especial (fora da série comum). A escola elementar, na França, corresponde aos nosso 4 primeiros anos do ensino fundamental. A escolaridade na França é obrigatória dos 6 aos 16 anos, indo do pré-elementar ao liceu.

[3] O que estiver em itálico foi traduzido, de modo livre, dos textos oficiais em questão.

[4] Tradução: *Texto de referência para construir a escola do século XXI.* Doravante far-se-á a referência a esta proposta como Charte.

Allègre. Assim a *Charte* é um documento oficial do MEN enviado a todos os profissionais da educação em exercício nas escolas públicas elementares francesas. Objetivando um *processo de inovação pedagógica* e tendo em vista a possibilidade de *eventuais generalizações*, o MEN convida 2.000 escolas a entrar em um projeto-piloto, implementando a proposta. Esta amostra terá o apoio logístico, científico e profissional do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INPP). Baseando-se em um *método progressivo*, a *Charte* quer *propor um método que facilite as mudanças necessárias* na escola elementar francesa. Mas a *Charte* não descarta a possibilidade de uma integração com os programas do colégio[5]. Como diz o texto da *Charte*: *Não se pode mais pensar os programas da escola de modo independente dos do colégio.(p.5)* Com isto se pretende chegar a um *projeto educativo nacional.*[6] *(p.15)*

Assim, tendo em vista *a evolução do ensino primário (p.3)*, a *Charte* quer engajar as escolas em uma proposta de renovação educacional para a qual ela *indica as linhas de força de uma evolução necessária da escola primária para fazer face, dentro das condições atuais, aos desafios que lhe são próprios.(p.13)*[7]

Esta *Charte* foi referendada por uma Circular (Circular 263/98 de 29.12.98, publicada em 7.1.99) do Ministro da Educação[8] na qual ele explicita alguns pontos anteriormente propostos, entre projetos e desafios. Mas, desde o meio do ano de 1998, em outra Circular[9] (144-98 de 9/7/98, publicada em 16/7/98) já havia a prenunciação do horizonte mais afinal posto pela *Charte*.

Estes desafios , de acordo com o texto, são justificados uma vez que a globalização[10] vai-se tornando um fato ao lado das novas tecnologia de produção e de comunicação. A aprendizagem escolar se vê posta diante de novos problemas que são desafios à "*escola da República*".[11]

[5]O *collège* na França corresponde aos nossos 4 últimos anos do ensino fundamental. É obrigatório.

[6]Em 4/3/99 o Conselho Superior de Educação adotou um projeto de reforma dos liceus que também se chama Charte e propõe um liceu para o século XXI. A Universidade também está sendo repensada.

[7]A expressão *evolução necessária* denota um caráter inapelável. Porém o mesmo não vale para o caminho para aí se chegar, pois este deve ser: *progressivo, tentativo, consultativo.*

[8]Cf. Bulletin Officiel, n. 1, 7 de janeiro de 1999. (Circ. 2)

[9]Cf.Bulletin Officiel, n.29, 16 de julho de 1998. (Circ.1)

[10]A França adota mais o termo mundialização do que globalização.

[11]Por "Escola da República" se deve entender, sobretudo, a consolidação da escola francesa entre os anos 1870-1930 nos quais a gratuidade, a laicidade, a obrigatoriedade se mesclam com um sistema nacional público de educação e a orientação racionalista. As leis educacionais em torno destes objetivos têm em Jules Ferry (1832-1893), ministro da Instrução Pública (1879-1883), um nome ímpar de referência e elas visavam a integração dos francesas em uma só nação, sob o regime republicano.

A criança do século XXI não é mais aquela da época de Jules Ferry. Cortada de imagens e de informações, submetida muito cedo às contradições do mundo moderno em suas tensões e tentações, ela tem necessidade de referências sólidas, de domínio de saberes fundamentais para compreender o complexo mundo que a cerca, e ela precisa aprender a ser autônoma, socializada e responsável. (Charte, p.4)

De certo modo, se lança o mesmo desafio aos professores pois, segundo a *Charte*, os novos tempos impõem à profissão docente novas referências.

Não se trata mais do ***instituteur***[12] *tradicional, sozinho em sua classe, encarregado de tudo. Esta concepção foi essencial para fundar a escola da República, mas ela não corresponde mais aos tempos atuais e tem dificuldade em responder seja à demanda social seja à necessidade de modificar os saberes ensinados. (Charte, p. 8)*[13]

De acordo com o texto, isto não quer dizer que os largos objetivos da "Escola da República" tenham ficado sem sentido. A permanência das injustiças sociais, segundo a proposta, faz persistir os ideais essenciais de igualdade de oportunidades, de aproveitamento escolar, de laicidade e de cidadania.

Em consonância com isto, a Circular (Circ.2) diz que é preciso evitar que se dêem hierarquizações e diferenciações dentro dos estabelecimentos e das classes.

Estes fenômenos acabam por produzir uma certa segregação social, aumentam as desigualdades de oportunidades, contrariamente ao ideal da Escola Republicana. (Circ 2., p.9)

Não obstante, face aos novos tempos, é preciso propor uma referência para as evoluções necessárias para a escola primária do século XXI. Para tanto, o *espírito é mais importante do que a letra (Charte, p. 7)* e a *vontade de uma evolução progressiva (Charte, p. 7)*[14] permitam o nascimento de *uma nova escola primária, primeiro serviço público do país. (Charte, p. 8)* [15]

Esta proposta se volta para uma nova organização do trabalho, do tempo e do espaço na escola ao buscar

[12] O termo *instituteur* designa o professor primário e, como o próprio nome diz, ele tem como dever assumir sua responsabilidade na construção de uma nação. Desse modo, o *instituteur* é um agente público da integração nacional, através de sua função de *enseignant*.

[13] O texto volta a exibir o tema da necessidade, agora em confronto com a necessidade de outras épocas.7

[14] A evolução necessária tem ritmos e tempos a serem respeitados, mas o importante é destacar que, ao sobrepor o espírito à letra da lei, o texto insinua uma proposta menos diretiva, mais aberta, mas de cuja decisão o governo não parece abrir a mão.

[15] Embora o conceito de serviço público se veja atualmente discutido na França, em momento algum se cogita de fazer da escola pública um objeto do determinismo do mercado.

envolver todos os atores educativos no desafio da *inovação pedagógica.*

Os objetivos desta *inovação pedagógica,* respeitado o princípio da educação como *service public,* é *...a realização de todos, fundada em primeiro lugar no domínio de conhecimentos e de competências fundamentais, mas também no aprendizado da cidadania e do desenvolvimento da personalidade. (Charte, p. 9)*

A Circular (Circ.2) diz o mesmo:

> *A escola tem por função dar bases sólidas, comuns a todos os alunos. Convém, aliás, centrar sobre este ponto as atividades em torno dos saberes fundamentais....de modo que todos os alunos melhorem seu domínio da leitura, da escrita, da fala e da imagem. (Circ.2 p. 10)*

Estes objetivos, dentro da proposta geral, devem-se fazer acompanhar de dois grandes princípios: *...dar um enquadramento nacional garantido por avaliações nacionais,* (e) *...autonomia dos professores para construir um ensino adaptado aos diversos públicos. (Charte,p. 5)* Vê-se, pois, como a díade flexibilidade e avaliação aparecem como princípios da nova orientação.[16]

Mas, em que esta *Charte* pretende adaptar a escola aos novos tempos já prenunciados pelas transformações do século vindouro ?

Primeiramente, diz a *Charte,* a escola deve *responder às necessidades dos alunos (Charte, p.9)* e isto implica que se considere e se leve em conta, de modo muito especial, *a diversidade do alunado.* Esta diversidade não pode ser uma característica que não considere as necessidades efetivamente analisadas e muito menos uma especificidade que, ao invés de conduzir à integração maior, leve a uma competição entre os estabelecimentos. A Circular (Circ. 2) é clara a este respeito ao dizer que a instauração de uma *mixité* social deve-se tornar possível, proibindo-se absolutamente toda a competição entre as escolas.

A referência à diversidade é mais explícita na Circular (Circ. 2) quando toca na relação serviço público e integração social.

> *Nesta perspectiva, o papel fundamental da escola deve ser aqui reafirmado: lugar inicial de experiência e de aprendizagem, ela deve acolher todos os alunos com a mesma preocupação de exigência e de ambição, buscando desenvolver, em todos os níveis da escolarização, uma abordagem diferenciada do seu público. (Circ.2 p. 9)*
>
> *O princípio de igualdade de oportunidades conduz não à uniformidade,*

[16] Para uma primeira aproximação com a nova LDB no Brasil, cf. Cury et alii (1997).

mas, ao contrário, a diferenciar os préstimos do serviço público em função da necessidades dos alunos. (Circ. 2 p. 10)

...esforçar-se-ão (os estabelecimentos) por adaptarem os percursos escolares à diversidade de aptidões, de talentos e de maturidade. Para este fim, os estabelecimentos dispõem de uma margem de autonomia. (Circ. 2 p. 11)

A luta contra o fracasso escolar, a redução das taxas de repetência, o sucesso nos exames, em suma, a qualidade da aprendizagem dos alunos exige, considerando-se a heterogeneidade dos públicos, a prática de ajuda individualizada... (Circ.2 p. 11)

Como método de atingimento destes fins, a *Charte* propõe como de suma importância o *trabalho em equipe*. Assim, práticas individuais deverão interagir com o conjunto da escola como assuntos *de uma reflexão coletiva (Charte, p. 10)* . Portanto, a amostra desejada de 2.000 escolas deve ser representativa da diversidade pedagógica, institucional, cultural e social que atinge a escola pública francesa. Especial atenção será dada às escolas que funcionam sob a modalidade ZEP.[17]

Neste sentido também a Circular (Circ. 2) se expressa:

Os alunos devem poder se beneficiar mais amplamente, sob a responsabilidade dos professores, de práticas esportivas e se verem sustentados, se preciso, por suportes apropriados. As equipes pedagógicas estão convidadas a melhor estruturar sua colaboração com os educadores-auxiliares e os diferentes agentes externos. (Circ.2 p. 13)

É, pois, em função das *necessidades dos alunos* que o *processo de inovação pedagógica* pede por uma nova *organização do trabalho na escola* e dentro dela a redefinição de seus tempos, seus ritmos, seus espaços, sua jornada diária, aí envolvendo todos os agentes pedagógicos.

Esta convocação às escolas optantes por uma entrada na amostra deve ser assumida por elas de modo que elas possam *oferecer novos programas para novos tempos (Charte p.4)*, adaptando-se aos ritmos escolares dos alunos e revendo o enquadramento do trabalho do professor. Este enquadramente sempre significou a função do professor como *enseignant* . Aqui se situa um choque entre esta tarefa que deixa o signo e a marca do conhecimento racional e o apelo, agora posto, para um tipo de trabalho que contém o ensino e o ultra-

[17]ZEP são "zonas de educação prioritária". Nelas se propõe uma pedagogia diferenciada a fim de melhorar os resultados escolares, de vez que tais estabelecimentos se situam em regiões onde as condições sociais se impõem como fator de alto risco para o bom desempenho escolar dos alunos. Foram criadas em 1981 e elas ganham meios adicionais em auxílio às tarefas pedagógicas.

passa em direção a outras dimensões da educação.

Neste momento, tornam-se importantes algumas informações.

A escolaridade obrigatória na França, além de atingir as pessoas de 6 a 16 anos, oferece em 36 semanas uma jornada semanal de 26 horas divididas em 4 dias plenos (2as, 3as, 5as e 6as feiras, de 8,30 h até às 16,30 h) e muitos sábados com 3 horas pela manhã. A 4° feira, em vista das complexas questões relativas à laicidade na escola, é um dia aberto para outras atividades com destaque para a opção dos pais face aos catecismos religiosos e aos esportes.

Além do período das grandes férias de verão (julho/agosto), estas 36 semanas são divididas em 5 períodos recortados por 4 tempos de pequenas férias escolares (Todos os Santos, Natal, Inverno e Primavera) em torno de 15 dias. Na escola elementar, o professor concursado (pago pelo Estado Nacional-Central) é auxiliado por professores de artes, línguas e esportes, pagos pelas municipalidades. É preciso dizer que a França é um país centralizado, de divisão administrativa em complexa, e cuja base estão as municipalidades e em cujo teto está o Estado Central.

Desse modo, a inovação pedagógica desejada, segundo a *Charte*, impõe que o *ato educativo esteja presente ao longo de toda a jornada escolar (p. 6)*. Isto significará uma experimentação pedagógica na qual haja uma *diminuição do peso da jornada escolar* ao se considerar a *fadiga do aluno*, em termos de divisão do tempo entre manhã e tarde, e a melhoria da qualidade do ritmo do aluno presente na escola.

Se, de um lado, as atividades de educação artística, esportiva e científica são cada vez mais desejadas a fim de *enriquecer o ensino escolar*, por outro, o francês e a matemática devem merecer mais atenção e serem bem reforçados. Isto significa um trabalho em equipe, mas ao mesmo tempo *a atividade da tarde deve ser concebida e executada sob a autoridade dos professores (nacionais-centrais CRJC)da escola primária. (Charte p. 6)*

Ora, isto implica a presença de *pedagogias mais ativas*, que valorizem também *as capacidades* extra-escolares dos alunos, *a participação ativa* dos mesmos e a estimulação de *suas capacidades criadoras (Charte p. 10)*, aí compreendidas suas maneiras de expressão lingüística.

De modo mais direto, diz a Circular (Circ 2):

> *A heterogeneidade social de classes não é uma deficiência a ser evitada, mas sim uma riqueza que convém explorar; os trabalhos de acompanhamento da programação e do desenvolvimento demonstraram a valia desta heterogeneidade na progressão escolar dos alunos. (Circ.2 p. 9)*

Contudo, tais *pedagogia ativas*,

necessárias para dar conta da diversidade do alunado, para que sejam bem sucedidas e assim possam corresponder às *necessidades dos alunos e às demandas sociais*, precisam do envolvimento de todos os agentes pedagógicos. O alvo deste envolvimento é o estabelecimento de *um projeto escolar. Os princípios definidos na charte terão uma tradução concreta nos projetos de escola que deverão entrar no processo de inovação. (Charte,p. 10)*

Desse modo, os *projetos de escola* são a *pedra angular* da nova proposta. Diz a este respeito a Circular (Circ. 2):

> *O projeto da escola e do estabelecimento...é o instrumento da autonomia reconhecida das escolas... e expressão de sua responsabilidade. (Circ. 2 p. 16)*

A utilização do tempo escolar, respeitadas as horas semanais obrigatórias, podem diferenciar-se de escola para escola em função do *projeto de escola*.[18]

Os projetos de escola, existentes nos estabelecimentos optantes pela amostra, serão repensados à luz dos princípios e objetivos da *Charte* e nisto serão auxiliados por equipes pedagógicas do INRP.

O trabalho em equipe do *projeto de escola* não significa a secundarização dos professores e dos diretores. Ao contrário *...mais do que nunca, os diretores e os professores ...devem continuar sendo os coordenadores e os garantidores da organização pedagógica e educativa do tempo escolar. (Charte,p. 15)*

E mesmo que as atividades da tarde venham a ser assumidas por múltiplos parceiros da rede de estabelecimentos do sistema nacional, o conseqüente trabalho em equipe, cooperativo e articulado, deve respeitar o professor (nacional-central) como o dirigente responsável pela *coordenação de todas as atividades organizadas em torno do tempo escolar. (p. 7)*

Como diz a Circular (Circ. 2):

> *Os professores conservarão uma larga autonomia para propiciar um ensino adaptado a seu público no qual os métodos pedagógicos ativos, suscitando a participação dos alunos, deverão ser privilegiados. (Circ.2 p. 12)*

Contudo, as relações da escola não devem se cingir aos seus próprios muros. Ela deve buscar parcerias com sujeitos interessados. Entre estes parceiros estão os *pais, notadamente pelo concurso de suas federações, as quais devem ser previamente consultadas e regularmente informadas a respeito de*

[18]Na escola francesa, o emprego do tempo, no que concerne ao ensino fundamental e médio, é regido por programas nacionais, espécie de currículos mínimos, distribuídos por disciplinas e por tempos de ensino.

tudo o tenha a ver com a organização do tempo escolar e do tempo de estudos. (Charte p. 7)

A ordenação do tempo do aluno, fora do tempo reservado às aulas *stricto sensu*, já fora objeto de uma outra Circular (Circ. 1), de julho de 1998. Nela o MEN enfatiza a importância do aproveitamento deste tempo como uma urgência de e para toda a sociedade. Este tempo deve ser ordenado dentro de uma proposta geral, traduzindo

> *... a vontade do governo em promover a realização e o desenvolvimento das crianças e dos jovens, em particular dos mais desfavorecidos entre eles, e de possibilitar uma etapa suplementar dentro da coerência da ação pública. (Circ. 1, p. 1605)*

Para isto, o MEN propõe, para as horas periescolares e extra-escolares[19], *contratos educativos locais* .

> *Os contratos educativos locais constituirão assim um meio privilegiado a fim de contribuir para a garantia do acesso igualitário dos meninos e jovens aos saberes, à cultura e ao esporte em todas as suas dimensões. (Circ. 1, p. 1605)*

Estes *contratos educativos locais* implicam a convocação de parceiros que trabalhem em sintonia a fim de realizar programas de aproveitamento deste tipo de tempo através de *organismos e coletividades capazes de participar do financiamento destas operações. (Circ. 1, p. 1603).* Assim são convocados os poderes públicos-estatais do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura, do Ministério da Juventude e dos Esportes e os respectivos órgãos do município. Além destes, são bem vindos as outros interessados, em especial as associações de pais, a fim de

> *... compensar as desigualdades que ainda subsistem no acesso à cultura e aos saberes e que se esvaem muitas vezes durante os tempos em que eles não são assumidos nem pela escola e nem pelas famílias . (Circ. 1 p. 1603)*

Estes contratos implicam uma relação entre o projeto do estabelecimento escolar e o projeto educativo local a fim de que se harmonizem e, da colaboração recíproca, resulte melhor desempenho dos alunos.

A Circular (Circ.2) insta os diretores de estabelecimentos a não medirem esforços no sentido de uma maior integração entre pais e escola.

A *Charte* quer que as finalidades gerais da escola sejam mantidas em consonância com *situações e contextos específicos (p. 15)*, dentro de um espírito harmônico entre todos os participantes, objetivando *um projeto de educação nacional. (p. 15)*

19As primeiras são o tempo de ida e volta entre o lar e a escola, a merenda, a entrada na escola e o recreio. As segundas são as 4as. Feiras, os fins de semana e as férias.

A *Charte* e as Circulares parecem incorporar temas ora mais em voga no contexto internacional da educação escolar, como a aquisição de competências, racionalização de custos, busca de novos parceiros, diminuição do controle estatal e o sistema de avaliações de rendimento escolar. Mas elas não deixam de assinalar também os temas relativos ao domínio de conhecimentos e ao princípio da cidadania. Não há como não deixar de notar a permanência do tema da educação como serviço público e a insistência sobre o da diversidade cultural.

Em síntese, a *Charte* e as Circulares, face a estes temas e injunções, buscam dar uma resposta *à la française* em relação a eles.

O sistema escolar da França relativo ao ensino elementar conhece uma estabilidade que vem, pelo menos, desde Jules Ferry. Ora, tal sistema não poderia passar ileso perante as mutações trazidas pelos tempos presentes.

A globalização, cujo impacto vem das novas formas de produção, e a inserção da França no bloco da Comunidade Européia e da União Européia significam um desafio para todas as instituições nacionais, aí compreendida a educação escolar. Há a questão, entre outras, da validade dos diplomas, a equivalência e os temas relativos a alguns conteúdos como cidadania e normas jurídicas.

De modo similar se deve dizer do impacto das novas tecnologias, que vêm disponibilizando conhecimentos em velocidades incríveis e acessíveis, em princípio, nos próprios domicílios.

Se estes vetores atingem todos os países do mundo, a França vem conhecendo, dadas as conseqüências do movimento imigratório entre países, a presença cada vez mais possante de várias culturas (muitas delas vítimas do colonialismo) que aí se instalaram. Tornar-se um país multicultural, experienciando uma pluralidade étnica, exige respostas institucionais que acolham esta nova complexidade sócio-cultural.

Outro elemento importante é a correlação entre a demanda por uma educação escolar em seus vários níveis e as variáveis demográficas.

De modo mais direto e bastante reforçado pelos meios de comunicação de massa, há um outro fator muito importante, que é a existência das distintas formas de violência presentes na sociedade francesa e também na escola. Se em uma sociedade relativamente mais homogênea, culturalmente falando, a socialização escolar já representa um desafio para a igualdade de condições e a conquista de uma democratização, imagine-se uma sociedade tocada pela presença permanente de várias culturas e permeada por conflitos sociais diferenciados.

Cite-se, por exemplo, um retorno diferenciado ao problema da laicidade.[20] Com efeito, a situação do ensino religioso com relação aos cristãos e judeus se resolveu com a liberação da 4ª feira, ficando o espaço escolar isento de manifestações de culto. A presença de religiões não-cristãs trouxe novas situações. Hábitos, costumes e até mesmo as roupas têm sido fonte de dificuldades de fundo. As jovens muçulmanas sofrem restrições com relação a vestes na medida em que alguns pais exigem o uso do véu (foulard) e não permitem aulas de educação física nas quais se desnudam partes das pernas e o cabelo. Várias têm sido expulsas das escolas por ausência em aulas de educação física. Esta postura de um rígido tratamento igualitário, sem um certo "jogo de cintura", tem sido considerada por muitos pesquisadores como o estabelecimento de uma "religião civil" intolerante. Na verdade, a posição do Conselho Constitucional da França tem a posição bastante sensata a este respeito.

Isto tudo faz supor uma maneira de formar docentes capazes de corresponder a tantos desafios sempre relativos ao domínio de conhecimentos e aos quais agora também se juntam forçosamente os relativos às competências que conduzam o aluno também a aprender a aprender. E não se pode deixar de assinalar, na formação, um modo de compreender e responder aos desafios de uma França tornada multicultural.

Por isso o cotidiano das escolas, sua organização, seus ritmos, tempos, espaços e lugares estão sendo repensados, com impacto questionador sobre a predominância existente na escola da transmissão de conhecimentos.

Não há dúvida que a educação nacional está perante uma problemática para a qual as respostas produzidas em tempos de Jules Ferry não conseguem mais abranger o âmbito das novas situações. Certamente o cerne destas respostas continua válido mas, ao mesmo tempo, elas devem conhecer a necessidade de seu *aggiornamento*. O peso das exigências atuais implica um novo jogo entre a escola — santuário dos saberes — e uma escola — arena de competências — aberta a novas exigências do mundo contemporâneo. De certo modo, há uma reposição da antiga polêmica entre instrução (com ênfase voltada para o papel *enseignante* do professor) e educação, e a *Charte* propõe uma direção (certamente problemática) no sentido da busca de uma outra síntese. Se esta síntese for possível, não há dúvida que seu vir a ser é complexo.

Com efeito, a problematização da escola vigente se dá pela existência de situações novas, de extrema com-

[20]Ressalte-se que o islamismo já é a segunda religião da França e atinge mais de 5 milhões de pessoas. Apesar do seu monoteísmo e do reconhecimento de Jesus Cristo como profeta, o islamismo tem muitas diferenças com relação ao Cristianismo, uma religião entranhada na Europa.

plexidade, objeto de interrogação da parte de políticos, cientistas sociais, sindicalistas e educadores. Tais interrogações se transformam em denúncias quando se constata a permanência do fracasso escolar e a dificuldade em fazer frente à multiplicidade de culturas, à laicidade e mesmo às situações de violência. São situações novas e com ingredientes novos. Daí a necessidade de buscar caminhos de respostas.

É neste sentido que vários interessados no assunto começam a se impor questões. As considerações que se seguem têm como objetivo explicitar algumas destas indagações.

Não há dúvida que a França passa a integrar não só um quadro de países que conseguiu universalizar 10 anos de ensino obrigatório, mas também de países empenhados em reformas educacionais voltadas para um novo arranjo pedagógico-institucional do seu sistema. As justificativas para as reformas, sobretudo da parte dos governos, se apoiam em vários argumentos, além do enfrentamento das novas condições desafiadoras do mundo contemporâneo. As reformas em curso propiciariam um acesso mais igualitário face às oportunidades escolares, desde que acompanhadas de maior flexibilidade por parte do sistema e incremento da qualidade do ensino. Esta flexibilidade só se tornaria possível dentro de uma maior descentralização dos sistemas em direção aos poderes locais como os municípios. Esta descentralização flexível, segundo os governos, chegando aos estabelecimentos, dar-lhes-ia melhores condições de responder às necessidades dos alunos. Em contrapartida a esta autonomia, os órgãos centrais ficariam com a avaliação de resultados. Desse modo, a racionalização dos recursos existentes no âmbito central significaria uma melhor distribuição dos mesmos em nível local, cujas administrações poderiam melhor aplicá-los.

A proposta do MEN, dada a universalização dos 10 anos de ensino gratuito e obrigatório, é bastante orientada para um aprofundamento da autonomia dos estabelecimentos, com vistas a aliviar o peso dos conteúdos escolares tais como praticados até agora. Desse modo, a organização do trabalho far-se-ia de maneira a reforçar o trabalho em equipe envolvendo todos os agentes pedagógicos nas atividades educacionais. O professor seria o "maestro" de uma "orquestra" e com isto ele poderia dirigir a equipe, a qual, por sua vez, supervisionaria os alunos de modo mais personalizado e atenderia os que apresentassem dificuldades especiais.

Mas é evidente também que a proposta evita cuidadosamente tocar em assuntos complexos como o aumento de financiamento dos recursos existentes, de abertura de concursos, de pagamentos de horas-extra, bem como de se referir a salários e contratação de agentes pedagógicos não – docentes.

O MEN espera que a direção da reforma, quando concretizada, seja um

instrumento de adesão da parte dos professores e um meio institucional de renovação do ensino face a uma França tornada multicultural.

Este último ponto, de fato, se choca com uma tradição escolar quase universalmente dirigida para uma população mais homogênea em termos étnicos, culturais e religiosos. Hoje, as escolas da França se vêem povoadas de alunos provindos de diferentes recantos do mundo. São franceses de pais provindos do Norte da África (Argélia, Marrocos, por exemplo), da Ásia (Vietnã, Camboja e Índia) e de países da Europa do Leste. Estes contingentes humanos se instalam, em boa parte, nos *banlieux* pobres. Este "multiculturalismo" associado à pobreza põe em questão uma forma de ser da escola. Tradicionalmente ela buscava integrar socialmente alunos provenientes de uma matriz cultural inserida em formas homogêneas de socialização familiar. Agora, a formação dos professores e a gestão institucional das escolas tem de se haver com alunos que além de serem portadores de traços culturais diferentes ainda sofrem as conseqüências de situações ligadas à pobreza e discriminação. Certamente um *ethos* institucional inspirado e praticado em uma sociedade e cultura relativamente homogêneas é menos problemático quando a austeridade é reconhecida positivamente como tal. Mas quando a austeridade necessita ser identificada e reconhecida como igual, e como tal enriquecedora das relações humanas, exige-se um esforço ao mesmo tempo teórico e pedagógico a fim de que a emergência de novos perfis de alunos não seja vista como uma nova invasão de "bárbaros e selvagens".

Por outro lado, esta reforma conta com uma grande vantagem: ao cabo de muita história de luta, a escola francesa adquiriu um caráter sistêmico do qual fazem parte a obrigatoriedade e gratuidade que lhe são histórica e legalmente afeitas. A importância social atribuída à escola obrigatória espalha-se por todo o conjunto da população.

Além disso, não há dúvida de que um investimento financeiro considerável está inscrito no orçamento nacional para a educação escolar com ênfase no pagamento de salários. A administração dos recursos orçamentários é um desafio para muitos governos que passam a racionalizar seus gastos e investimentos em vários setores em que o Estado está presente.

As tentativas de racionalização de custos esbarram na falta de transparência, na ausência de controles públicos, na carência de alternativas viáveis e também em rotinas consagradas cuja redefinição, por vezes necessária, não consegue responder a situações peculiares atingidas por medidas de caráter geral. Estas rotinas têm a ver com políticas sociais mas também com formas limitadas de gestão do espaço público em termos institucionais. Destas rotinas não escapam os métodos, os programas e os horários, no aspecto pedagógico até agora bastan-

te controlados por órgãos centrais. Elas incluem também a função de *instituteur* do professor e a consciência que ele possui de si como um *enseignant* a serviço da instrução e não como um coordenador geral da educação.

Além disso, os professores possuem uma longa e árdua tradição de luta sindical. Para os sindicatos, fortes e atuantes, a orientação geral e específica da reforma é vista como ambígua. Ao incluir no projeto pedagógico "éducateurs - non-enseignants" (mesmo que sob a coordenação do professor/*instituteur*), ao aumentar a participação dos municípios e postular maior presença dos pais, ela quebraria a atuação sindical nas suas formas nacionais de presença e propiciaria o retorno de formas arcaicas de atuação política como favoritismo e nepotismo.

Surgem daí algumas perguntas que estão sendo feitas por sindicatos, especialistas, educadores, que se interrogam sobre o futuro da educação francesa dirigida pela proposta de reforma.

Será que a direção proposta não é uma forma de reduzir as horas de aprendizagem (tradicional) privilegiando-se o francês e a matemática (objeto direto de avaliações) ? Os programas nacionais (currículos nacionais) não estariam sendo objeto de uma flexibilização que, afinal, os descaracterizariam como tais ? As atividades pedagógicas como domínio de uma educação mais ampla e levadas adiante por outros agentes pedagógicos, além do professor, não seriam um modo de diminuir a presença do Estado Nacional na educação primária em favor do crescimento das competências dos municípios? Neste caso, não estaria havendo uma abdicação do papel diretivo do Estado Nacional em prol de prefeitos e associações civis ? E este não seria um caminho para uma classificação das escolas, cuja conseqüência seria a competição selvagem entre elas ? E um sub – produto desta competição, mantidos os mesmos recursos públicos, não seria o aporte diferenciado, segundo os grupos sociais, de recursos familiares para a sustentação de um determinado nível de qualidade ? Não haveria também um deslocamento do papel central, até agora ocupado pelo professor como agente do ensino enquanto instrução, em favor de educadores não-professores voltados para atividades pedagógicas variadas ? O professor, neste caso, não estaria deixando o seu papel de profissional de ensino em favor de um outro papel: o de coordenador ou de animador cultural ou até mesmo de assistente social ? A avaliação de resultados não significa uma tendência a uma visão administrativa da escola, que responsabiliza as pessoas, desonera o Estado, desfoca o nacional em função do regional e/ou local ? E isto não é uma tendência que, afinal, privilegia na prática apenas uma escola eficaz e poupadora de recursos ? Afinal, aumentar alunos por classe , mantidos os recursos existentes, não é a alternativa à eliminação prática de determinadas matérias e com isto de postos de trabalho?

Certamente esta proposta de reforma já é uma decisão política tomada mas ainda indecisa quanto aos melhores meios e caminhos. É muito louvável que haja uma experiência piloto, significativa e representativa, a fim de evitar uma generalização açodada e improvisada. A possibilidade de reformas pedagógicas em países com alto grau de democratização escolar não sofre as restrições com que contam tantos países onde predomina a precariedade social e institucional.

Mesmo assim, as mudanças em países consolidados, exatamente por contarem com índices predominantemente positivos de sucesso escolar, acabam por serem vistas com desconfiança por parte dos principais envolvidos em tais processos.

A reforma dos sistemas educacionais, necessária à vista das transformações do modo de produção da existência social, implica um modo de gestão à altura do que se pretende modificar. A educação é , por excelência, a substituição da força pela palavra onde esta última é um campo de ação política. Não se trata da palavra de comando, mas da palavra de comunicação, isto é, de diálogo.

Neste ponto, ao menos na lei, o princípio da gestão democrática, inerente à educação pública no Brasil, é um avanço normativo que, em países com maior tradição democrática, poderia ser assumido como método de diálogo entre todos os envolvidos, sobretudo com os professores. Afinal, qual reforma pode ser levada adiante se não se conseguir a adesão convencida da maioria deles ?

ABSTRACT

This paper aims to study one proposal odd elementary public school Reform in France. The study is based on official texts of the National Education Ministry. The analysis indicates as main theme the school's autonomy by the flexibility and evaluation as the principal axes of the Reform.

Keywords: *Educational Reform in France – Educational Law and Reform in France – Elementary school and the New Millennium.*

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo estudiar una propuesta de la Reforma escolar elemental en escuelas públicas en Francia. Este estudio está basado en textos oficiales del Ministerio Nacional de Educación. El análisis indica como principal tema de la autonomía escolar la flexivilidad y evaluación como ejes principales de la Reforma.

Palabras-clave: *Escuela Elemental y Reforma Educativa – Reforma Escolar Francesa – Reforma Escolar y Educación Francesa.*

Referências Bibliográficas

FRANCE. Ministère de l 'Éducation Nationale. Une charte pour bâtir l'école du XXIeme siècle. *Bulletin Officiel*, n. 13, p. 1-20, nov. 1998. Hors-série. 26-11-1998

FRANCE. Ministère de l 'Éducation Nationale. Enseignements élémentaire et secondaire. *Bulletin Officiel*, n. 29, p. 1602-5, jul. 1998. Circulaire n. 98- 144. 16-07-1998

FRANCE. Ministère de l 'Éducation Nationale. Enseignements élémentaire et secondaire, n. 1, jan. 1999. Circulaire n. 98-263. 07-01-1999

CURY, C. R. J. et al. *Medo à liberdade e compromisso democrático*: LDB e Plano Nacional de Educação. São Paulo : Editora do Brasil, c1997. 319p.

LA BORDERIE, R. *Éxique de l'Éducatiolon*. Paris: Nathan, 1998.

VASCONCELLOS, M. *Le système éducatif*. Paris: La Découverte, 1993.